

LEI Nº 4.783, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a participação do Município de Rondonópolis no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, ratificando o Protocolo de Intenção assinado em 11/11/2005 e publicado no DOE do dia 05/12/2005, para sua consecução nos seguintes termos: "Protocolo para Constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul. Os Municípios de Campo Verde, Dom Aquino, Paranatinga, Pedra Preta, Guiratinga, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, São José do Povo, Poxoréo, Primavera do Leste, Rondonópolis, Tesouro e Santo Antonio do Leste, nas pessoas de seus respectivos Prefeitos, reconhecendo a importância da adoção de política integrada voltada para a melhoria de qualidade de vida de suas populações e do desenvolvimento urbano, econômico e social; resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul substanciando no seguinte:

Capítulo I

Da Constituição, Sede e Duração

Art. 1º O presente consórcio constituir-se-á, sob a forma de Pessoa jurídica de direito privado, Sociedade civil sem fins lucrativos, sendo regido pela Constituição Federal, pelo Código Civil Brasileiro, pela Constituição Estadual e pela Lei Federal nº 11.107 de 2005 que dispõe sobre a norma geral de contratação de consórcio público.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul tem por finalidade a congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.

Art. 3º A área de atuação do Consórcio será a da totalidade das superfícies dos municípios consorciados.

Art. 4º A sede do Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul será um dos municípios consorciados, sendo no primeiro período a sede na cidade onde o Prefeito for eleito Presidente do Consórcio.

Art. 5º Caberá ao município que sediar o consórcio dotar o mesmo da infraestrutura que for necessária para a implementação das atividades iniciais do consórcio.

Art. 6º A duração do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul será por tempo indeterminado.

Art. 7º O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, poderá representar seus consorciados em assuntos de interesse comum e de caráter sócio-econômico e ambiental perante qualquer entidade de direito público, privado ou internacional.

Capítulo II

Da participação dos municípios no Consórcio – Os municípios signatários se compõem em:

Art. 8º Participar dos atos institucionais e administrativos do presente minuta para a constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul.

Art. 9º Contribuir com a implementação do desenvolvimento de Consórcio Intermunicipal, nos termos de sua Lei Municipal autorizativa.

Capítulo III

Da Assembléia Geral e Das Fleições

Art. 10 A Assembléia geral é o órgão deliberante do consórcio, suas decisões são irrecorríveis.

Art. 11 As Assembléias Gerais deliberam com a presença da maioria simples de seus filiados, ou seja, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), mais um, dos filiados do consórcio.

Art. 12 As normas para a convocação e funcionamento da assembléia geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul são as dispostas no Regimento Interno.

Art. 13 Cada ente consorciado possui na assembléia geral direito a 1(um) voto, sendo vetado o voto por procuração.

Art.14 A eleição para a Presidência do Consórcio dar-se-á entre os prefeitos dos municípios consorciados, sendo eleito aquele que obter a maioria simples dos votos de seus filiados.

Capítulo IV

Da Estrutura Organizacional

Art.15 A estrutura organizacional do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, compor-se-á por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal, uma Secretaria Executiva, pelas Câmaras Técnicas e pelo Grupo de Apoio Administrativo.

Art.16 A secretaria Executiva poderá providenciar a contratação do pessoal necessário para suprir as necessidades do consórcio.

Art.17 O Grupo de Apoio Administrativo da Secretaria Executiva é o setor responsável pelo desenvolvimento das ações do consórcio.

Art.18 Poderá ser solicitados aos Municípios conveniados a solicitação de funcionários, com ônus, conforme a necessidade para o desenvolvimento dos trabalhos do Consórcio.

Art. 19 Para compor a Câmara Técnica a Secretaria Executiva poderá solicitar entre os conveniados a disponibilidade de técnicos de seus quadros, para prestarem serviço ao consórcio.

Art. 20 A remuneração dos funcionários do consórcio será determinada pelo plano de salários e benefícios do consórcio, sendo estes regidos pelo regime celetista.

Art. 21 A organização e o funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul será o disposto em seu Estatuto e Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 22 Este Protocolo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Art. 23 Os Municípios que, pelos seus representantes legais, subscreverem o presente Protocolo, reunir-se-ão especificamente, sempre que necessário para dar tratamento executivo e gerencial de seus termos. – E, por assim estarem de pleno acordo com tudo o que aqui se convencionou, as partes celebram e assinam o presente Protocolo para que surtam os devidos e necessários efeitos de direito".

Art.2º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir crédito especial, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) no orçamento atual, para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei;

II – suplementar, se necessário, o valor referido de que trata o inciso anterior, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros e em dotações próprias para esta finalidade.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, destinando 0,3% do FPM ao contrato de rateio do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul, de acordo com o que dispõe o art. 8º da Lei 11.107/05.

Parágrafo único – A consignação do percentual mencionando no caput deste artigo deverá ser efetivada nas Leis Orçamentárias futuras, sob pena das medidas previstas no § 5º do art. 8º da Lei 11.107/05.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação  
e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.784, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre isentar do pagamento de Tarifas de Água e Esgoto, os contribuintes relacionados que não ultrapassem os limites estabelecidos nesta lei, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam isentas do pagamento de Tarifas de Água e Esgoto, cujo consumo seja igual ou inferior a 10 m³, as entidades abaixo relacionadas:

- Igrejas e locais de culto religioso;
- Centros comunitários;

Art. 2º Ficam isentas do pagamento de Tarifas de Água e Esgoto, cujo consumo seja igual ou inferior a 50 m³, as entidades abaixo relacionadas:

- Centros de convivência de idosos;
- Creches municipais e das Cáritas Diocesanas;
- As entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º Os efeitos desta Lei vigoram para cancelar os débitos anteriores de Tarifas de Água e Esgoto das entidades relacionadas no Art. 2º obedecendo aos limites estabelecidos no mesmo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs 3.035 de 09/4/1999, 3.388 de 21/12/2000, 3.389 de 21/12/2000 e a 3.426 de 21/12/2000.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação  
e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.785, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre disciplinar a instalação de cercas energizadas destinadas a proteção de perímetros no município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Para efeito desta Lei Municipal todas as cercas destinadas a proteção de perímetros e que sejam dotadas de corrente elétrica, recebem a denominação de energizadas, ficando incluídas na mesma legislação, as cercas que utilizem outras denominações, tais como: elétricas, eletrificadas ou outras similares.

Art. 2º As empresas e ou pessoas físicas que se dediquem à instalação de cercas energizadas, deverão possuir registro no CREA-MT e responsável(is) técnico(s) credenciados neste órgão.

Art. 3º Será obrigatória em todas as instalações de cercas energizadas no perímetro urbano, a apresentação de projeto técnico com especificação de materiais e memorial descritivo na Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 1º - O Poder Público estabelecerá o valor de seu serviço para fornecimento do Alvará de Execução que será cobrado na ocasião do cadastramento.

I - Após o pagamento do alvará, será fornecido um selo onde conste o nome do proprietário, e o endereço onde a obra será executada, bem como o nome da Empresa executora (modelo em anexo a Lei).

§ 2º - Ficam isentas do efeito da presente Lei, as propriedades rurais que utilizem as cercas elétricas para o pastoreio do gado.

I - Quando se tratar de energizar área construída na zona rural deverão ser obedecidas as mesmas normas exigidas para o perímetro urbano.

Art. 4º A Prefeitura Municipal através do órgão competente, procederá à fiscalização das instalações de cercas energizadas no Município.

§ 1º - Os proprietários de imóveis que instalaram cercas energizadas antes da vigência da presente Lei, terão prazo de até 120 dias para regularizarem-se junto ao Poder Público, bastando na ocasião adequar-se às normas vigentes e comunicar via ofício a Secretaria de Planejamento.

I - O não cumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro do presente artigo gerará multa no valor de 100 UFR que será imputada pelo órgão fiscalizador.



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VII - Nº 1234 - Sexta-feira, 24 de Março de 2006

# Poder Executivo

# Lei

LEI COMPLEMENTAR Nº 035, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Acrescenta e altera dispositivos à Lei Complementar nº 31, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica criado, na Secretaria Municipal de Saúde, o Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais subordinado à Divisão de Administração do Departamento de Administração Financeira.

Parágrafo único Fica acrescentado ao artigo 1º, inciso IV, "b", "b.2.12", "b.2.12.1", a alínea "b.2.12.5 – Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais".

Art. 2º Fica criada, na Secretaria Municipal de Saúde, a Divisão de Assessoria Jurídica subordinada ao Gabinete da Secretaria de Saúde.

Art. 3º Fica alterada no artigo 1º, inciso IV, "b", "b.2.11", "b.2.11.1", a denominação "Núcleo de Registro" para "Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos".

Art. 4º Fica alterado no artigo 7º, inciso I, "b", "b.2.11", "b.2.11.2", a denominação "Núcleo de Pessoal" para "Núcleo de Gestão do Trabalho".

Art. 5º Ficam criados, para compor a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, os seguintes cargos em comissão:

- I - 01 (um) cargo de Coordenador do SAMU, Símbolo DAS - 2
- II - 01 (um) cargo de Contador/Auditor/SUS, Símbolo DAS - 4;
- III - 01 (um) cargo de Gerente de Divisão, Símbolo DAS - 4
- IV - 01 (um) cargo de Gerente de Núcleo, Símbolo DAS - 5;
- V - 01 (um) cargo de Assessor de Gabinete da Secretaria de Saúde, Símbolo DAS - 5.

Art. 6º A qualificação, o vencimento e a carga horária dos cargos em comissão, criados pelos incisos I a V do artigo 5º, encontram-se descritos no ANEXO II desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis;
- 14 - Fundo Municipal de Saúde
- 10.301.2220.2119.119 - Manutenção das Atividades - Fundo
- 31.90.11.00.00 - Vencimentos e vantagens - Fixos

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o ANEXO II da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – DIREÇÃO, GERÊNCIA, CHEFIA E APOIO – DAS, constante na Lei Complementar nº 31 de 22 de dezembro de 2005.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação  
e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

Expediente		
Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti	
Vice-Prefeito	Manoel Machado	
Secretaria de Ação Social	Rosemar Lindo Sachetti	
Secretaria de Administração	Gastão de Matos	
Sec.de Desenv.Econ.e Meio Ambiente	Elio Rásia	
Secretaria de Educação	Professor Javert Melo Vieira	
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Roberto Ribeiro Cardozo	
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini	
Secretaria de Governo	Adilton das Neves	
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos Barros Bárbara	
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos	
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo	
Sec. Transporte,Transito e Desenv. Urbano	Alexandre Azevedo Torres	
Procuradoria Geral do Município	Adilton Pinto da Silva	
CODER	Milton Luiz Araújo	
SAPEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis	
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu	
IMPRO	Josemar Ramiro da Silva	
ServSaúde	Reginaldo de Souza Santos	

DIORONDON		
Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais		
Impressão, Distribuição e Assinatura		
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias,526		
Vila Aurora - fone (66) 3411-5235		
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h		
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000		
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: Gastão de Matos		
Diário Oficial:Luiz Antonio da Silveira Abreu		
Home page:www.rondonopolis.mt.gov.br		
E-mail:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br		
Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município(via correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna
		R\$ 1,20

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS					
ANEXO II					
(Lei Complementar nº 032/2005)					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
DIREÇÃO, GERÊNCIA, CHEFIA E ASSESSORAMENTO – DAS					
SÍMBOLO	CARGOS	N.º DE VAGAS	VENCIMENTO	QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA DIÁRIA
DAS-1	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE	01	R\$ 5.305,65	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-2	DIRETOR GERAL DO HM	01	R\$ 5.305,65	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-2	DIRETOR TÉCNICO DO HM	01	R\$ 5.305,65	NÍVEL SUPERIOR COM REGISTRO NO CRM	08 h
DAS-2	SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE SAÚDE	01	R\$ 3.979,24	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-2	COORDENADOR GERAL DO SAMU	01	R\$ 3.979,24	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-3	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE	01	R\$ 2.834,58	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-3	GERENTE DE DEPARTAMENTO	02	R\$ 2.834,58	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-4	COORDENADOR TUBERCULOSIS	01	R\$ 1.750,00	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-4	GERENTE DE DIVISÃO	13	R\$ 1.750,00	NÍVEL SUPERIOR OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-5	ASSESSOR DE CABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	01	R\$ 1.293,54	NÍVEL MÉDIO OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h
DAS-5	GERENTE DE NÚCLEO	26	R\$ 1.293,54	NÍVEL MÉDIO OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	08 h

LEI COMPLEMENTAR Nº 036, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Acresce Parágrafo Único ao art. 66 da Lei Complementar nº 031, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Acresce Parágrafo Único ao art. 66 da Lei Complementar nº 031 de 22 de dezembro de 2005:

Art. 66 - ...

“Parágrafo Único – As Leis revogadas por este artigo continuarão em vigência até que seja cumprido o estabelecido no art. 67.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.778, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre efetuar a contratação temporária de excepcional interesse público de pessoal, mediante teste seletivo simplificado, a fim de atender o Programa de Combate as Queimadas Urbanas, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público de pessoal, mediante teste seletivo simplificado, a fim de atender o Programa de Combate as Queimadas Urbanas junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, conforme abaixo relacionados:

VAGAS	CARGO / FUNÇÃO	SALÁRIO	CBO
10	Agentes da Saúde e do Meio Ambiente	R\$ 500,00	3522

Art. 2º Só poderá ser contratado pessoal por caráter técnico, em especial que tenha curso na área de prevenção e combate ao fogo.

Art. 3º Os contratos, terão início 01/05/2006 e seu término em 31/10/2006.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
18.541.2300.2073.073 – Programa de Combate as Queimadas Urbanas  
31.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado.....R\$ 30.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.779, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 530.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e Trinta Mil Reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
13 – Fundo Municipal de Ação Social  
08.244.2360.1062.062 – Capacitação e Geração de Emprego Alternativo a População  
31.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.....R\$ 50.000,00

PETI

08.243.2340.1066.066 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

33.90.30.00.00 – Material de Consumo..... R\$150.000,00

08.242.2390.1068.068 – Atenção aos Portadores de Necessidades

Especiais

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ ..... R\$ 25.000,00  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 13.000,00

08.243.2340.2093.093 – Manutenção do Programa de Atenção a Criança-P.A.C  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo ..... R\$ 35.000,00

08.244.2380.2098.098 – Manutenção das Atividades do Fundo

33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF ..... R\$ 74.000,00

08.244.2360.2111.211 – Programa de Mini-Desenvolvimento Social e Combate a fome – M.S.  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ ..... R\$ 18.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde  
10.301.2260.2136.136 – Manutenção do Hospital de Pronto Atendimento de Referência a Saúde Família  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$165.000,00

TOTAL..... R\$ 530.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
13 – Fundo Municipal de Ação Social  
08.244.2360.1062.062 – Capacitação e Geração de Emprego Alternativo a População  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo..... R\$ 40.000,00  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 10.000,00

08.243.2340.1065.065 – Programa Sentinela  
33.90.04.00.00 – Contratação Por Tempo Determinado.....R\$ 30.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros PJ.....R\$ 10.000,00  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 15.000,00

PETI

08.243.2340.1066.066 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros-PF.....R\$ 100.000,00

08.244.2360.2097.097 – Programa Emergencial  
33.9030.00.00 – Material de Consumo..... R\$ 5.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.....R\$ 45.000,00

08.241.2370.2103.103 – Manutenção e Reforma de Centros de Convivência  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 40.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.....R\$ 20.000,00

16.482.2350.2195.195 – Aquisição de Bolsas de Materiais para Construção de Unidades Habitacionais  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 50.000,00

14 – Fundo Municipal de Saúde  
10.301.2260.2136.136 – Manutenção do Hospital de Pronto Atendimento de Referência a Saúde da Família  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 165.000,00

TOTAL ..... R\$ 530.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.780, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público de profissionais, mediante teste seletivo simplificado, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Ação Social, no apoio à pessoa idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a contratação temporária de excepcional interesse público de profissionais, mediante teste seletivo simplificado, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Ação Social, no apoio à pessoa idosa, conforme abaixo relacionados:

QTD	CARGO/FUNÇÃO	C/H	SALÁRIO	CBO
01	Fisioterapeuta	30 horas	R\$ 1.504,00	4110-05
02	Assistente Social	30 horas	R\$ 1.504,00	2516-05

Parágrafo Único Os contratos dos cargos mencionados na caput do art. 1º terão vigência pelo período de 01/03/2006 a 31/03/2006, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
13 - Secretaria Municipal de Ação Social  
08.241.2370.1075.075 - Apoio à pessoa Idosa  
31.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2006.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.781, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre incluir o anexo I à Lei nº 4.490, de 04/04/2005 que autoriza o Poder Executivo a implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica incluído à Lei nº 4.490, de 04/04/2005 que autoriza o Poder Executivo a implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, o anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

ANEXO I  
(Lei nº 4.781/2006)

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DAS EQUIPES DO SAMU – RONDONÓPOLIS – MT

ORDEN	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QTD	Salário Base em R\$	Outros Adicionais 30%	Auxílio Alimentação 30%	Auxílio Transporte 40%	TOTAL
01	TEC. DE ENFERMAGEM	40 H	18	500,00	150,00	150,00	200,00	1.000,00
02	ENFERMEIRO	40 H	06	1.622,50	486,75	486,75	649,00	3.245,00
03	MÉDICO	30 H	14	2.122,60	637,30	637,30	849,60	4.245,20

LEI Nº 4.782, DE 23 DE MARÇO DE 2006.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a contratação de profissionais, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, para prestarem serviços de Auditoria do SUS, com base no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar profissionais para prestarem serviços de Auditoria do SUS, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com a função de assumir a responsabilidade técnica nos procedimentos de Auditoria, Avaliação e Regulação na Gestão do SUS, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A denominação, a quantidade, a composição salarial e a carga horária dos profissionais que compõem a equipe de Auditoria do SUS são as constantes do Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º Os contratos dos referidos profissionais terão a vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º Os contratos firmados com base nesta Lei deverão ser submetidos às seguintes regras:

I - o contratado será segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e recolherá contribuição para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

II - à cessação imediata de seus efeitos, sem direito a qualquer indenização se, durante sua vigência, houver cessado a excepcionalidade do interesse público, cabendo a rescisão unilateral por parte da administração;

III - à extinção do contrato, sem direito a indenização, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do contratado sendo que, nesta última hipótese, deverá comunicação à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

IV - à extinção do contrato, por iniciativa do contratado ou vontade contratante decorrente de conveniência administrativa, que importará no pagamento ao contrato de indenização equivalente a um salário mensal;

V - será assegurado aos contratados sob estas condições os direitos constantes no § 3º do art. 39 da Constituição Federal, no art. 48, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 31 de 22/12/2005

Art. 5º Os profissionais contratados temporariamente para as funções de Auditoria – SUS poderão ter suas horas e remuneração distintas, correspondentemente, conforme o estabelecido nas Tabelas 1 e 3 do Anexo I desta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
14 – Fundo Municipal de Saúde  
10.301.2220.2119.119 – Manutenção das Atividades do Fundo  
31.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 23 de março de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

ANEXO I (Lei nº 4.782/2006)		
TABELA 1		
FUNÇÕES TEMPORÁRIAS DA EQUIPE DE AUDITORIA DO SUS		
N.º DE ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
01	Médico Auditor	03
02	Médico Regulador	02
03	Enfermeiro Regulador	01
04	Enfermeiro Supervisor	01
05	Enfermeiro Auditor	01

TABELA 2		
CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS		
N.º DE ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	REMUNERAÇÃO
01	Médico Auditor	R\$ 2.652,82
02	Médico Regulador	R\$ 2.652,82
03	Enfermeiro Regulador	R\$ 1.251,09
04	Enfermeiro Supervisor	R\$ 1.251,09
05	Enfermeiro Auditor	R\$ 1.251,09

TABELA 3		
CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS		
N.º DE ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	REMUNERAÇÃO
01	Médico Auditor	R\$ 5.305,65
02	Médico Regulador	R\$ 5.305,65
03	Enfermeiro Regulador	R\$ 2.502,19
04	Enfermeiro Supervisor	R\$ 2.502,19
05	Enfermeiro Auditor	R\$ 2.502,19